

A REPRODUÇÃO DA JUVENTUDE CAMPONESA EM ESPAÇOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU/PR¹

Jéssica Aparecida de Ávila Follmann²
Djoni Roos³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo central debater as possibilidades que são apresentadas e mesmo, construídas pelos jovens camponeses inseridos em espaços de luta pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR. Os espaços citados anteriormente são neste caracterizados por acampamentos e assentamentos rurais. Para tanto, parte-se de uma compreensão do conceito de juventude camponesa, sendo esta relacionada diretamente com espaços de luta pela reforma agrária e sua convivência em comunidade. Compreender as possíveis alternativas para se permanecer ou partir do campo, caracterizam-se como um deslumbre do como se desenhará o campo futuramente, partindo da concepção de que a juventude camponesa será o futuro do campo em poucos anos.

Palavras-chave: Juventude camponesa, reforma agrária, conflitos no campo.

Introdução

A categoria juventude expressa, não raro, a preconização do jovem⁴ como sujeito de comportamento instável, apresentando constantes mudanças ou mesmo de escolhas “imaturas” perante a sociedade considerada “adulta”. O que se apresenta, em grande parte das interpretações deste período de vida, é que o jovem se porte ou mesmo cumpra com as expectativas impostas a ele por sujeitos com tempo de vida muito superior que o seu. Não levando em consideração de que ser jovem não se expressa apenas por uma fase turbulenta e transitória entre uma e outra fase de vida.

¹ O presente trabalho está correlacionado com a pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora. A pesquisa conta com apoio e subsídio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon – PR. Área de Concentração: Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. E-mail: jessyca_deavila@hotmail.com.

³ Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon. Membro do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). Endereço eletrônico: djoni_roos@yahoo.com.br.

⁴ A palavra jovem aqui destacada abrange sujeitos de todos os sexos e identidades de gênero.

Diante disso, discute-se no presente trabalho quais as possibilidades da reprodução camponesa nos espaços de luta pela reforma agrária, assentamentos e acampamentos, nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguazu/PR. Sendo os assentamentos: Oito de Junho (Laranjeiras do Sul), Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio (Rio Bonito do Iguazu) e os acampamentos: Recanto da Natureza (Laranjeiras do Sul) e Herdeiros da Terra de Primeiro de Maio (Rio Bonito do Iguazu). Tendo como base as conquistas camponesas em torno dos movimentos sociais no Brasil, e na região em estudo.

Assim, apresenta-se num primeiro momento uma breve discussão sobre as inúmeras resistências camponesas ocorridas no campo brasileiro, assim como relaciona-se a essas lutas conquistas consideráveis ocorridas. Num segundo momento elencam-se os debates sobre a categorização de juventude, mais especificamente sobre juventude camponesa, e as possibilidades de permanência no campo na conjuntura agrária brasileira atual. Por fim, conclui-se o trabalho com questionamentos sobre a permanência ou não do jovem no campo. E como essa permanência ou saída do campo estão correlacionadas com a conquista de assentamentos rurais, da Educação do Campo e com a convivência comunitária e familiar.

O passado e o presente de lutas e a reprodução do campesinato

Contrariamente a outros países, que possuem em suas principais pautas, ou mesmo, que já reviram questões referentes a posse e uso da terra, o Brasil não apresenta tais ações. O que demonstra a falta de real interesse, de quem detém o poder, em rever a situação agrária brasileira.

O espaço agrário brasileiro tem se forjado, desde a colonização, como um espaço excludente e desigual. Desde as capitânicas hereditárias e, posteriormente com as sesmarias a posse da terra fora dada aos senhores mais abastados da sociedade.

Com a abolição da escravatura iminente, em meados do século XIX, “o governo brasileiro, agindo em comum acordo com os grandes fazendeiros produtores de café, [...] decretou a Lei de Terras de 1850. Assim, [...] só era possível ter a posse da terra por meio da compra em dinheiro (MIRALHA, 2006, p. 153)”. Ou seja, “libertos” do trabalho cativo, os escravos, foram impedidos do acesso a terra, pois esta passou a ser cativa, visto que a Lei de Terras alterou a forma de cativo, antes do homem, agora da terra (MIRALHA, 2006, p. 156).

Com o fim da escravidão, no ano de 1888, e início do regime de colonato nas antigas fazendas escravocratas, a estrutura agrária brasileira não fora alterada. Grandes propriedades, em maioria derivadas dos regimes de capitanias hereditárias e sesmarias, continuaram a prevalecer no campo brasileiro.

Muitos foram os conflitos agrários no país, ocorridos a partir da contestação da desigualdade imposta ao campo brasileiro. Conflitos como Canudos e Contestado, ergueram-se a partir da construção de um território de caboclos, ex-escravos, entre outros, contra a dominação de antigos coronéis e, conseqüentemente, do Estado (FABRINI, 2008, p. 260). Da mesma forma, o movimento camponês de Trombas e Formoso, apesar de ocorrido em período diferente dos citados acima, também contestara a ordem imposta ao campo brasileiro, e da mesma maneira, sofreu com as forças do Estado.

Nas décadas de 1940 e 1960 surgem no campo nordestino as chamadas Ligas Camponesas. Conforme destaca Oliveira (2007, p. 104):

o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação.

As Ligas, portanto, foram o início das reivindicações de alcance nacional, por uma possível reforma agrária. Surgidas na Zona da Mata pernambucana, estas, contavam com apoio e suporte o Partido Comunista (PC) e da Igreja (OLIVEIRA, 2007, p. 106).

Com o golpe militar de 1964, o desmantelamento das Ligas foi inevitável. Muitos de seus líderes foram presos ou “desapareceram”. As reivindicações no campo, durante este período, foram desarticuladas com a promessa de uma reforma agrária garantida pelo Estatuto da Terra, assinado durante o regime militar, pelo então presidente Castelo Branco (OLIVEIRA, 2007, p.121). O Estatuto da Terra, elaborado durante os anos de governo Goulart, fora apenas assinado durante o militarismo. No entanto, jamais entrou em vigor. Na verdade, o período militar, no campo brasileiro, fora marcado com constante violência, grilagens e vendas ilegais de terras, principalmente para estrangeiros (OLIVEIRA, 2007, 126).

No final da era militar, como resultado de um processo de muitas lutas, surge no Oeste Paranaense, em janeiro de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este passou a contestar a acumulação fundiária brasileira, o desuso de inúmeras propriedades

e a desapropriação desassistida de muitos camponeses, pequenos proprietários e posseiros pelas obras de grandes hidrelétricas, como a de Itaipu.

Ao longo de seu histórico, o MST reivindicou não apenas o acesso e permanência na terra para os camponeses, mas também, engendrou a luta por educação. Não se nega que durante seus primeiros anos de existência, a luta pela educação também esteve presente no Movimento, porém, o mesmo passou a reconhecer a importância de tal direito em meados da década de 1990.

Apesar de ser considerada, inicialmente, como uma reivindicação secundária, dentro do próprio MST, hoje não se pode dissociar a Educação do Campo das lutas por reforma agrária (FERNANDES, 2012, p. 16). Em suma, as reivindicações em torno da Educação do Campo estão diretamente interligadas com as reivindicações por reforma agrária. O que não se diferencia na área de estudo do presente trabalho.

Em sua base teórica a Educação do Campo

não está sendo construída *para* os trabalhadores rurais, *mas por eles, com eles*, camponeses. Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da educação do campo são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias (FERNANDES; MOLINA, 2005, p.09).

Portanto, a Educação do Campo seria uma concepção educacional voltada e construída pelos sujeitos do campo, sejam eles camponeses, quilombolas, entre outros. O que, por conseguinte, também proporcionaria a permanência do jovem no campo e, conseqüentemente, a reprodução do campesinato. Já que, voltada para a realidade campesina estaria dando suporte para a reprodução da vida camponesa através da juventude.

A conquista dos assentamentos rurais presentes nos municípios em estudo perpassou primeiramente, a organização camponesa coletiva em torno do MST. Os assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu, quanto o assentamento Oito de Junho, presente no município de Laranjeiras do Sul, possuem um histórico de luta reivindicações parecido.

Conquistados através da coletividade camponesa no MST, são frutos de ocupações em terras devolutas de fazendas da mesorregião Centro-Sul paranaense. Assim como, sofreram

com os preconceitos da sociedade e com as ameaças dos “jagunços” que rondavam os acampamentos.

Fora, na verdade, a persistência e a esperança em conquistar a terra, o ânimo das famílias acampadas. Mesmo, em ambos os municípios, as desapropriações terem demorado cerca de três anos, para então se efetivar os projetos de criação dos assentamentos.

Analisar a reprodução do campesinato nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, portanto, perpassa primeiramente pela compreensão das lutas camponesas ocorridas no Brasil, assim como a presença da reivindicação por Educação do Campo nos movimentos sociais. Assim, compreende-se que a relação entre reforma agrária, Educação do Campo e juventude camponesa, é a base para uma investigação profunda sobre a perspectiva de reprodução do campesinato nos municípios supracitados. Visto que,

A juventude que reside no campo, em geral, quando não participa de algum movimento social da terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, sai de seu local de origem em busca de outras condições de vida, agora em espaços urbanos. A educação do campo, que parte dos trabalhadores camponeses em seu processo de resistência, luta contra essa visão, defendendo o campo como território de vida (ROSSI, et.al., 2014, p. 606).

Neste sentido, com foco na análise da reforma agrária e a relação desta com a juventude camponesa, visa-se compreender o processo de reprodução camponesa nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Laranjeiras do Sul.

Juventude camponesa: possibilidades e desafios a serem superados no campo brasileiro

A categorização jovem, de acordo com Kummer e Colognese (2013, p. 203), caracteriza-se como uma das mais complexas e desafiantes dentre as faixas etárias e fases da vida humana. Onde “se supõe que seja um período de transição e como tal se encontra em ambiente movediço e variável” (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 204).

Em termos de definição apenas por idade, a categoria jovem em grande maioria dos levantamentos, fica restrita a faixa etária dos 15 aos 24 anos, inclusive sendo este recorte utilizado e aceito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ou, em outros casos, o final da juventude e início da idade adulta não segue um padrão definido por idade alcançada pelos indivíduos, mas sim varia de sujeito para sujeito,

sendo definido por questões e análises puramente sociológicas (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

Na verdade, juventude é “além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social [...], mas que vem se desenhando, em diferentes contextos, como uma categoria marcada por relações de hierarquia social” (CASTRO, et. al. 2009, p. 44). Uma hierarquia social, muitas vezes, responsável pela submissão juvenil às decisões impostas pelos “adultos”.

Se a categorização de juventude se apresenta como complexa, investigar a realidade da juventude camponesa torna-se ainda mais desafiador. Muito porque há a concepção de que “a juventude é responsável pela continuação das lutas e permanência dos camponeses nos territórios conquistados pelos trabalhadores, na perspectiva de construção e consolidação do modo de vida camponês” (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 136).

Outros aspectos contribuem para a complexidade em que se apresenta a juventude camponesa, assim como, seus desafios cotidianos. Visto que “não há uma única juventude rural, um único modelo de jovem rural. São atores sociais que se diferenciam, mesmo agregando características, modos e pertencimentos identitários correlatos” (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 202), e ao mesmo tempo distintos entre si. O que demonstra o quão heterogêneo é o campo brasileiro, especialmente sua juventude, ou juventudes.

Não raro, o jovem é tido como sujeito não confiável, muito pelo fato de que se tem a imagem dos jovens como desinteressados pela vida no campo, almejando a cidade como futuro (CASTRO, et. al., 2009, p. 23). O que reproduz os discursos de esvaziamento do campo por escolha dos jovens, em busca da vida cidadina.

Todavia, as escolhas e as dificuldades enfrentadas pelos jovens camponeses vão muito além da dualidade de “ficar ou partir”. São sujeitos colocados a prova em uma sociedade que os veem como os futuros camponeses, mas como pouco confiáveis, ou mesmo, imaturos para assumir a responsabilidade sobre um lote ou sítio, por exemplo.

Na realidade, as “contradições” em torno da juventude camponesa são evidentes. Onde,

Por um lado, sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano [...]. Por outro lado, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e *adultos* em geral, por serem *muito urbanos*. *Jovem rural* carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade (CASTRO, et. al. 2009, p. 39).

Estas “contradições” também são percebidas em outros aspectos, não apenas na dualidade campo-cidade, mas, principalmente nos discursos sobre a juventude camponesa. Como já afirmado acima, têm-se, de um lado, os discursos de que os jovens representam o futuro camponês, a permanência no campo e com características próprias do campesinato. No entanto, ao mesmo tempo são tidos como desinteressados, pouco confiáveis e não capazes de tomar decisões que competem o campo.

Isso remete-se diretamente a outra situação muito presente no campo brasileiro, principalmente na lógica campesina, a submissão e sujeição do jovem ao patriarcalismo. A submissão à figura patriarcal ainda permanece presente na realidade dos jovens camponeses em muitos casos, haja vista que a lógica da família do campo, não foge à estrutura patriarcal presente na sociedade (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 139). Estrutura a qual mantém na figura paterna o poder de decisão sobre tudo e todos residentes consigo.

É no patriarcalismo que em grande parte das vezes, se encontram grandes dificuldades de permanência do jovem no campo. Impossibilitando-o de tomar decisões importantes sobre a terra, mesmo que seja este sujeito o responsável pelo trabalho.

O acesso a terra também se coloca como um desafio para os jovens camponeses. Que por muitas vezes, não vislumbram um futuro enquanto “filhos de camponeses”, nem mesmo a possibilidade de adquirir uma porção de terra no campo. Tendo o jovem, a luta por reforma agrária como refúgio e esperança na conquista da terra. São muitos os exemplos de novos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que apresentam em seu contingente grande proporção de jovens em busca de acesso e permanência na terra. Sendo estes jovens, os futuros camponeses assentados e até mesmo lideranças.

Contraditoriamente, mesmo estando inseridos nas reivindicações e lutas quando se encontram em acampamentos, o papel da juventude camponesa em assentamentos não parece discorrer da mesma maneira. Como destacam Castro et. al. (2009, p. 58) o que aparenta existir, é um distanciamento entre a dimensão política e a realidade cotidiana dos assentamentos. Aparentando uma barreira entre a participação política e comunitária perante a vivência nos lotes conquistados. A inserção e participação juvenil nos assentamentos não condizem com a realidade observada nos acampamentos. Ao que parece, o jovem perde o espaço em comunidade e nas decisões importantes tomadas por esta.

Não distante da realidade exposta de forma geral, os jovens camponeses de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguçu/PR, deparam-se com as mesmas dificuldades. Ora impostas

pela sociedade excludente, ora pela tradição patriarcal presente na mesma. O que ocasiona, em muitas vezes, a decisão entre “ficar ou sair” do campo.

A título de comparação de faixas etárias entre residentes nos municípios supracitados, segue abaixo suas pirâmides etárias, respectivamente:

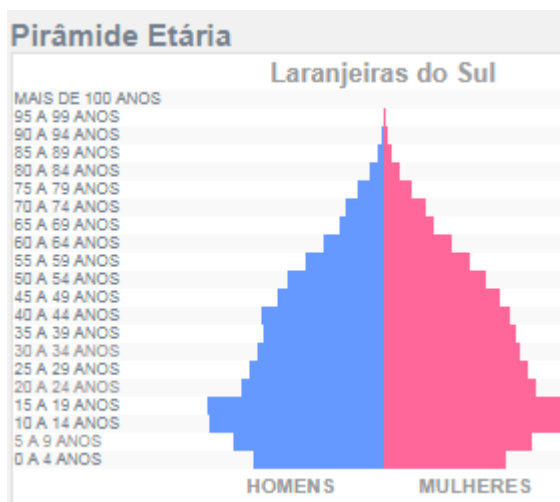


Figura 1: Pirâmide Etária de Laranjeiras do Sul/PR.
Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010.

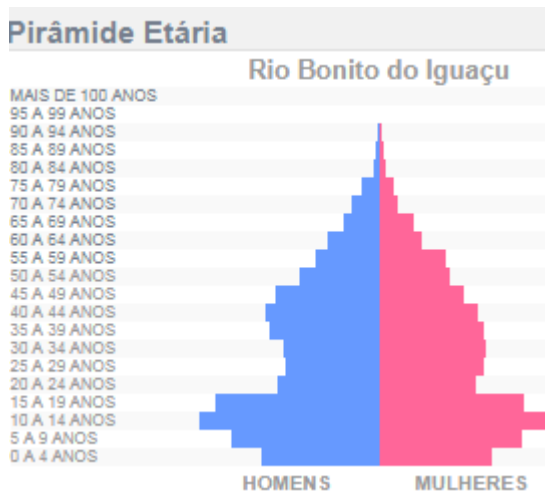


Figura 2: Pirâmide Etária de Rio Bonito do Iguçu/PR.
Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010.

Nota-se claramente, em ambos os casos, a diminuição contínua entre as faixas etárias de 15 a 24, que para fins analíticos, compoariam a faixa etária “jovem”. Não diferente, essa diminuição populacional da juventude também se reflete ao campo. Muito pelos fatores já mencionados em outros momentos, no decorrer deste trabalho.

Questiona-se, a partir das pirâmides, quais os caminhos tomados pelos jovens, e como esses “caminhos” estão interligados com a realidade camponesa. Se de forma geral

(município) a população entre 15 e 24 sobre diminuição, o que reflete também ao campo, para onde os mesmos estão seguindo? Alguns apontamentos breves podem ser considerados: o fato de saírem para estudar em municípios de maior porte; a busca de emprego em outras regiões ou mesmo, outros estados ou ainda, a mudança de toda a família para outros municípios.

Todavia, ao analisar as faixas etárias correspondentes a infância, nota-se uma população não muito inferior às faixas que correspondem à juventude. Se os jovens serão o futuro do campo brevemente, as crianças representam o futuro a um prazo mais longínquo. O que desperta os questionamentos de que “irá ocorrer o mesmo processo futuramente? A mesma dualidade entre ficar e partir?”. Talvez entendendo a juventude atual, poder-se-á compreender os desdobramentos que ainda estão por vir.

Os jovens camponeses dos municípios aqui apresentados encontram maneiras diferentes, e muitas vezes tidas como incomuns para sua reprodução. Além das já citadas anteriormente, como ficar na propriedade dos pais, ou mesmo engajar-se na luta por reforma agrária, veem nos trabalhos assalariados, temporários ou “permanentes” a possibilidade de continuarem no campo. Expressando uma maneira de adquirir “autonomia” perante a sociedade em que os mesmos estão inseridos. Em outros casos, jovens retornam para o campo, após terem permanecido no espaço urbano por alguns anos, e até mesmo, constituído família. Voltar, nesse caso, acarreta muitas vezes em cuidar da terra e dos pais, que podem apresentar idade mais avançada.

Portanto, ficar ou sair do campo, para os jovens camponeses, não se resume apenas escolher entre ambos um lugar para fixar sua residência e vida futura. Mas, compete em analisar e ponderar as relações intrínsecas presentes no campo brasileiro, principalmente a sujeição às decisões patriarcais, muito presentes nesse espaço.

Considerações Finais

Ficar ou partir, não se caracteriza como uma escolha única e imutável para a juventude camponesa. Permanecer no campo, ou buscar novos caminhos fora dele, desenham-se como escolhas realizadas no momento e mutáveis ao longo do tempo. Essas escolhas são postas a juventude camponesa todos os dias, o que não se difere nos municípios em estudo.

Compreender as relações envoltas sobre a juventude camponesa, portanto, vai além da simples análise das supostas escolhas entre “ficar ou sair” do campo. Exige compreensão das

diferentes realidades presentes no campo brasileiro e mesmo, na região de estudo a qual de delimita-se o trabalho.

Da mesma maneira, não se pode negar o papel futuro dos jovens camponeses, porém, mais urgente que pensar o futuro desse jovem, pensar em como esse se manterá no campo, ou de que maneiras isso lhe será permitido, se desenha como preocupação fundamental.

A juventude camponesa presente nas áreas de luta pela terra em Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçú/PR, não se difere da realidade nacional imposta a esses sujeitos. Perpassa por dificuldades, incertezas e é encarada como subalterna perante a sociedade “adulta”. Apesar disso, esses jovens das mais variadas formas, resistem no campo. Ou tentam resistir, perante uma sociedade excludente e que não tarda em julgar-lhes da maneira que lhe convier.

Referências Bibliográficas

CASTRO, E. G. [et. al]. **O Jovens estão indo embora?:** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

FABRINI, J. E. Movimentos Sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, p.239-271, 2008.

FERNANDES, B. M. **Reforma agrária e educação do campo no governo Lula.** Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 7, n.14, p. 1-23, ago. 2012.

_____.; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do Campo.** Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicabernardoEC5.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2016.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: Entre ficar e partir. **Revista Tempo da Ciência,** v.20, n. 39, p. 201-220, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada,** v. 15, n. 1, p. 136- 150, 2014.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira:** origem, necessidade e perspectiva de reforma hoje. Revista Nera, Presidente Prudente, n. 8, p. 151-172, 2006.

ROSSI, R. et. al. **Educação do Campo e juventude:** problematizações a partir da conflitualidade. Revista Educação. Santa Maria, v.39, n. 3, p. 605-616, 2014.